



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

01/08/2015

INDICE

1. JORNAL AQUI	
1.1. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CONVÊNIOS.....	2
2.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	3 - 4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DECISÕES.....	5
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. CEMULHER.....	6 - 7
4.2. CONVÊNIOS.....	8
4.3. PLANTÃO NO TJMA.....	9
4.4. PRESIDÊNCIA.....	10
5. JORNAL O PROGRESSO	
5.1. CONVÊNIOS.....	11
5.2. DECISÕES.....	12
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. CEMULHER.....	13
6.2. PLANTÃO NO TJMA.....	14
6.3. PRESIDÊNCIA.....	15
6.4. PROJETO RECONHECER É AMAR.....	16



Estudante pede reconhecimento da paternidade da irmã

Órfãos de mãe e criados pela avó materna, três irmãos participaram, junto com o pai, da audiência de reconhecimento da paternidade da filha mais nova, uma adolescente de 14 anos, nesta sexta-feira, no Fórum Des. Saney Costa, durante o mutirão do projeto "Reconhecer é Amar!", desenvolvido pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão. "Esperávamos por esse momento há muito tempo e era isso que nossa mãe desejava", disse a estudante Glacimayara Setubal Martins. Foi ela quem pediu o reconhecimento da paternidade da irmã.

Emocionado e abraçado aos filhos, o bombeiro hidráulico Marivaldo Martins contou que quando a ex-companheira morreu, há 12 anos, já estavam separados e não quis tirar as crianças da companhia da avó materna, com quem vivem até hoje. Disse também que demorou a fazer o reconhecimento da paternidade da filha porque se mudou para outro estado e quando retornou a São Luís acabou protelando essa decisão. "O importante agora é que estamos todos juntos. Eles sempre serão os meus bebês",

brincou, referindo-se ao filho adolescente de 17 anos e às duas filhas, de 22 e 14 anos.

A juíza que presidiu a audiência, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, titular da 3ª Vara da Família de São Luís, destacou que ter o nome do pai no registro de nascimento é um direito do filho. A magistrada lembrou que, no Maranhão, mais de 500 mil crianças e adolescentes não têm o nome do pai no documento. Destacou, ainda, que todas as audiências marcadas para o mutirão desta sexta-feira (31) foram realizadas com o reconhecimento voluntário da paternidade ou encaminhamento das partes para o exame de DNA. Para a promotora de justiça Carla Adriana Holanda, o reconhecimento da paternidade, para muitos, pode parecer um simples ato formal, mas é um momento de transformação. Segundo ela, envolve a autoestima do filho, preenche aquela lacuna no documento de identificação em que constava somente o nome da mãe e torna a pessoa completa. "Este é um momento de muita emoção e explosão", afirmou.

Governo e TJMA firmam acordo para liberação de dados financeiros de servidores

Por meio de um Termo de Cooperação firmado na quinta-feira (30), entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), os juizes de varas da fazenda pública terão acesso ao sistema de fichas financeiras dos servidores públicos estaduais.

O objetivo do acordo é contribuir com a celeridade das ações propostas por servidores contra o Estado do Maranhão e ao cumprimento das decisões judiciais, reduzindo a necessidade de intimações para esse fim.

O termo foi assinado pelo secretário de Estado da Gestão e Previdência, Felipe Camarão; pelo presidente em exercício do TJMA, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo; e pelo procurador-geral do Es-

tado, Rodrigo Maia Rocha.

Felipe Camarão destacou a ação como uma colaboração mútua entre os dois órgãos, pois a Segep é muito demandada para fornecer fichas financeiras de servidores que entram com ações judiciais. "Quando as solicitações são encaminhadas para a secretaria, passam por procedimentos burocráticos que acabam por refletir no andamento dos processos. O interesse na facilitação do acesso às informações de domínio público é mútuo e garante celeridade ao trabalho dos dois Poderes".

O acesso se dará de maneira on-line, por meio do site da Segep (www.segep.ma.gov.br). Os usuários devem ser cadastrados, terão acesso somente aos dados de fichas financeiras. A Segep será a responsável pelo treinamento destes usuários do Poder Judiciário.



Secretário Felipe Camarão, desembargador Bayma Araújo e procurador-geral Rodrigo Maia Rocha durante assinatura do Termo de Cooperação



Vereador Nato

Vereador Nato apresenta ações propositivas na Câmara Municipal de São Luís

PÁGINA 3



Vereador Nato apresenta ações propositivas na Câmara

Por Nice Moraes

O vereador Nato (PRP), tem trabalhado intensamente no sentido de levar melhorias da qualidade de vida à população dos bairros de São Luís. Na sua atuação parlamentar, ele tem apresentado propostas de grande alcance social, o que tem concedido excelentes resultados com ações propositivas.

Nesse sentido, com um balanço positivo desse primeiro semestre legislativo, ele pretende continuar com o seu trabalho que vem dando resultados gratificantes à população.

Uma das propostas defendidas pelo parlamentar, foi uma indicação onde pediu à Mesa da Câmara de São Luís que encaminhasse ofícios ao prefeito Edivaldo Holanda Júnior e ao secretário municipal de Obras e Serviços Públicos, Antônio Araújo, solicitando a construção de uma área de lazer, incluindo praça, quadra e um play ground, no bairro Salina do Sacavém.

Segundo ele, existe uma grande área naquela comunidade que está tomada pela vegetação que, além de conter muito lixo, a ação dos vândalos e assaltantes coloca em riscos a vida dos moradores, principalmente dos jovens que usam aquele espaço para jogar bola.

Ele pede que sejam colocadas lixeiras, brinquedos, além de equipamentos de ginástica para a prática de exercícios físicos e um campo de futebol, para que os jovens possam jogar bola.

A adoção de providências, segundo o vereador, tem como finalidade evitar que o mato cresça ainda mais. Também objetiva inibir os constantes assaltos que ocorrem naquele local. "A



Vereador Nato

urbanização naquele local se faz necessária, por que além de ser um espaço lazer, vai inibir a ação dos assaltantes que diariamente circulam naquela área", disse o vereador Nato.

JUIZADO

Outra solicitação, também através de indicação, foi pedindo à Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís que encaminhasse ofício à presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Cleonice Freire, para que retorne o 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, para a Avenida dos Africanos.

Ele destacou que o referido juizado - que está funcionando provisoriamente, desde o dia 23 de junho de 2014, no Fórum Desembargador Sarney Costa -, possui cerca de 5.357 processos em tramitação, entre processos físicos e virtuais.

O juizado abrange uma área de atendimento extensa, compreendendo: Avenidas Jerônimo de Albuquerque; Kennedy; João Pessoa; Franceses, além dos bairros Parque Amazonas; Fátima, Parque Pindorama; Parque dos Nobres; Parque Timbiras; Vila dos Nobres; Primavera; Conjunto Dom Sebastião; Bom Jesus; Coroadinho; Vila dos Frades; Vila Conceição; Salina do Sacavém;; Coroad; Redenção; Filipinho; Redenção, Túnel do Sacavém, Sítio Leal e Coheb do Sacavém.

"A população dessas localidades está sendo onerada em função do deslocamento, por isso pedem a volta urgente do juizado para a Avenida dos Africanos", afirmou o vereador Nato.

PROGRAMA 'TODOS POR SÃO LUÍS'

Através de requerimento, o vereador Nato também pe-

diu à Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Luís que encaminhe ofício ao prefeito Edivaldo Holanda Júnior, solicitando programa 'Todos Por São Luís', para o bairro do Coroadinho.

Ao justificar o seu pedido, o vereador ressaltou a necessidade urgente da adoção de medidas visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores daquele bairro. "Espero que o prefeito Edivaldo Holanda atenda o meu pedido, pois, somente dessa forma, os moradores poderão ter acesso a diversos serviços oferecidos pelo programa", frisou o vereador Nato.

Através desse programa a prefeitura de São Luís oferece à comunidade serviços nas áreas da saúde, educação, esporte e lazer, atividades culturais, orientação jurídica e assistência social, paisagismo, cursos de qualificação, ações de embelezamento e rodas de conversas.

Denúncia I

O Tribunal de Justiça acatou denúncia do Ministério Público contra o ex-prefeito de Caxias e atual presidente da Assembleia Legislativa, Humberto Coutinho (PDT).

O pedetista é acusado de ter cometido irregularidades na execução de convênio firmado entre a Prefeitura e o Governo do Estado em 2007.

Caxias recebeu R\$ 400 mil para aquisição de equipamentos para o Hospital Materno Sinhá Castelo, mas segundo o MP, esses recursos não foram gastos em sua destinação legal.

Denúncia II

A denúncia contra Humberto Coutinho foi apresentada inicialmente à Justiça de primeiro grau, porque à época ele era prefeito, e depois remetida ao TJ, pois ele passou a ter foro privilegiado ao ser eleito deputado estadual.

Em sua defesa, Coutinho alegou que seu único ato foi subscrever o convênio, como representante legal do município, e que a aplicação e o destino dos recursos não tiveram qualquer participação sua.

O ex-prefeito argumentou ainda que o responsável pela execução integral dos recursos recebidos foi o então secretário municipal de Saúde, Domingos Vinícius de Araújo.

TJMA se mobiliza para a II Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa

Pag. 11



TJMA se mobiliza para a II Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa

Processos que envolvem mulheres vítimas de violência serão julgados com prioridade

De 3 a 7 de agosto, o Poder Judiciário do Maranhão realiza a "II Semana da Justiça pela Paz em Casa" - mobilização que combate a violência contra a mulher. Nesse período, será priorizada a realização de audiências de instrução e julgamento dos processos criminais em que mulheres figuram como vítimas, e os cíveis ou de família em que esse público é parte interessada. A campanha fará alusão ao aniversário de nove anos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).

De acordo com levantamento da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA), até março deste ano, nas duas varas especializadas, tramitavam 6.258 processos relacionados à Lei Maria da Penha, sendo 5.373 em São Luís, e 885 em Imperatriz.

Nas 57 comarcas que já enviaram informações sobre a participação na segunda edição da campanha, 275 audiências foram agendadas, sendo 192 criminais e 83 cíveis. Nessas unidades, existem 1.029 ações penais envolvendo crimes de violência doméstica e familiar, resultando em 112 inquéritos, 1.045 medidas protetivas e o julgamento de 83 processos.

Nesse período, os tribunais do júri também vão intensificar a realização de julgamentos das ações judiciais de violência doméstica contra a mulher. Em São Luís, as audiências serão realizadas por cinco juízes, entre esses, o titular da Vara Especializada da Mulher.

No Estado, a semana é coordenada pela presidente da CEMULHER, desembargadora Angela Salazar e pelo juiz membro

Campanha

Justiça pela **PAZ** em casa



3 a 7 de agosto de 2015

da coordenadoria, Júlio Prase-res. "O objetivo é estimular um trabalho conjunto para que as leis aplicadas aos casos de violência contra a mulher, as políticas públicas e novas práticas de combate à violência, incentivem a paz nos lares e nas famílias", reforça Angela Salazar.

Na capital, os juízes Nelson Moraes Rego (Vara Especial da Mulher), Gustavo Medeiros, Andréa Frota Maia, Maricélia Gonçalves e Luís Carlos Licar presidem as audiências agendadas para o período, no 5º e 7º andares do Fórum do Calhau, no horário entre 8h30 e 16h30. Em Imperatriz, as 163 audiências agendas na Vara Especial da Mulher serão dirigidas pela juíza Ana Paula Araújo.

A CAMPANHA - A campa-

nha, de iniciativa da vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia Rocha, tem como objetivo articular, junto aos tribunais dos estados, a mobilização nacional dos magistrados das varas criminais, tribunais de júri e juizados especializados na Lei Maria da Penha, visando promover o andamento e a conclusão dos processos em todo o país. A ação funciona em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-MA.

A primeira edição foi lançada em São Luís, pela ministra Cármen Lúcia, e a presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire, de 9 a 13 de

março deste ano (em alusão ao Dia Internacional da Mulher).

RESULTADOS - Nesse período, a coordenadoria registrou cerca de 600 audiências agendadas e 424 realizadas, na Região Metropolitana (São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa) e interior, com um total de 468 processos julgados e sentenciados, e 9 tribunais do júri realizados pelas duas varas especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher e as demais varas criminais competentes do interior e da capital. Cerca de 3 mil mandados foram cumpridos, dentre citações, intimações, medidas protetivas, prisões e busca e apreensão.

A terceira edição da campanha será realizada no período de 23 a 27 de novembro deste ano.

TERMO DE COOPERAÇÃO

Por meio de um Termo de Cooperação firmado nesta quinta-feira (30), entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep) e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), os juízes de varas da fazenda pública terão acesso ao sistema de fichas financeiras dos servidores públicos estaduais. O objetivo do acordo é contribuir com a celeridade das ações propostas por servidores contra o Estado do Maranhão e ao cumprimento das decisões judiciais, reduzindo a necessidade de intimações para esse fim. O termo foi assinado pelo secretário de Estado da Gestão e Previdência, Felipe Camarão; pelo presidente em exercício do TJMA, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo; e pelo procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha.

PLANTÃO TJMA

O desembargador Froz Sobrinho responde pelo plantão judiciário de 2º Grau até este domingo (2). No referido plantão, são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros. Os servidores plantonistas de 2º Grau são Roberta Coelho e Aluísio Alves Júnior. O número do telefone disponibilizado é o (98) 98815-8344. Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

CORTESIA

Presidente do TJMA visita o Tribunal de Justiça de SP



Desembargadora Cleonice Freire conhece estrutura do TJSP

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, acompanhada do desembargador Kleber Carvalho, visitou nesta quinta-feira (30), o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini. Na ocasião, conversaram sobre a questão das decisões judiciais oriundas de ações possessórias e trocaram ideias sobre o funcionamento da Justiça Estadual.

Durante a visita, a presidente do TJMA foi convidada para conhecer a estrutura montada, no Fórum Criminal da Barra Funda, pelo TJ de São Paulo, para as audiências de custódia, que estão sendo realizadas desde 24 de fevereiro deste ano. No Estado do Maranhão, o projeto está implantado desde outubro de 2014.

A desembargadora foi recebida pela juíza diretora do Fórum, Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira e pelo juiz Antonio Maria Patiño Zorz, coordenador do Departa-

mento de Inquéritos Policiais (Dipo), responsável pelas audiências de custódia.

Também acompanharam a visita o desembargador Kleber Costa Carvalho, os juízes assessores da Presidência do TJSP, Fabio Eduardo Basso, Paulo Antonio Canali Campanella, Kleber Leyser Aquino e o juiz Marcos Vieira de Moraes, do Dipo, além da chefe do cerimonial do TJMA, Marcia Maria Fernandes Ribeiro Banhos.

A presidente do TJMA elogiou a estrutura física do local, onde acontecem as audiências de custódia no fórum criminal e disse que pretende levar alguns detalhes que observou dessas instalações para serem adaptadas em seu Estado.

"Tive, também, uma boa impressão acerca do comprometimento dos juízes paulistas que atuam no projeto de audiências de custódia, com os esclarecimentos da juíza diretora do Fórum Criminal e do juiz coordenador do Dipo", afirmou.

Governo e TJMA firmam acordo para liberação de dados financeiros de servidores do Estado

Por meio de um Termo de Cooperação firmado nessa quinta-feira (30), entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (Segep), e o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), os juizes de varas da fazenda pública terão acesso ao sistema de fichas financeiras dos servidores públicos estaduais.

O objetivo do acordo é contribuir com a celeridade das ações propostas por servidores contra o Estado do Maranhão e ao cumprimento das decisões judiciais, reduzindo a necessidade de intimações para esse fim.

O termo foi assinado pelo secretário de Estado da Gestão e Previdência, Felipe Camarão; pelo presidente em exercício do TJMA, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo; e pelo procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia Rocha.

Felipe Camarão destacou a ação como uma colaboração mútua entre os dois órgãos, pois a Segep é muito deman-

Divulgação



Secretário Felipe Camarão, desembargador Bayma Araújo e procurador-geral Rodrigo Maia Rocha durante assinatura do Termo de Cooperação.

dada para fornecer fichas financeiras de servidores que entram com ações judiciais. “Quando as solicitações são encaminhadas para a secretaria, passam por procedimentos burocráticos que acabam por refletir no andamen-

to dos processos. O interesse na facilitação do acesso às informações de domínio público é mútuo e garante celeridade ao trabalho dos dois Poderes”.

O acesso se dará de maneira on-line, por meio do site da Segep

“<http://www.segep.ma.gov.br/>. Os usuários devem ser cadastrados, terão acesso somente aos dados de fichas financeiras. A Segep será a responsável pelo treinamento destes usuários do Poder Judiciário.

Ex-prefeito terá que devolver recursos ao município



Divulgação

Desembargador João Santana foi o relator do processo

O ex-prefeito de Penalva, Lourival de Nazaré Vieira Gama, foi condenado a devolver aos cofres públicos o valor de R\$ 185 mil, provenientes de convênios celebrados com a Secretaria Estadual de Educação. A decisão é da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

A ação que resultou na condenação de Lourival de Nazaré Vieira Gama foi proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA). De acordo com o órgão ministe-

rial, o ex-prefeito teria aplicado irregularmente os recursos do convênio quando exercia o cargo, não apresentando os documentos de comprovação de despesas, conforme parecer emitido pela Supervisão de Controle de Convênios de órgãos e entidades estaduais.

O processo teve como relator o desembargador João Santana, que reformou sentença da Justiça de 1º Grau, que considerou improcedente a ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Minis-

tério Público, por entender que houve prescrição quinquenal, uma vez que o mandato do ex-prefeito ocorreu entre os anos 2000 e 2004, e a ação do MPMA foi proposta somente em março de 2010.

No entendimento do desembargador João Santana, o ressarcimento ao erário não se sujeita a prazo prescricional, permitindo que a recuperação do recurso público possa ser reivindicada a qualquer tempo.

“Ao deixar de apresentar a documentação comprobatória das despesas vinculadas ao convênio firmado, sem nenhuma justificativa, presume-se que o ex-prefeito deixou de fazê-lo de forma consciente e voluntária, estando implícito o dolo na conduta”, frisou o magistrado, acrescentando que a improbidade administrativa se aplica a todos aqueles que exercem função pública, inclusive os agentes políticos.

Os demais membros do órgão colegiado acompanharam o voto do relator. (Processo: 01474/2013). *(Andréa Colins - Asscom TJMA)*

Justiça pela Paz

De 3 a 7 de agosto, o Tribunal de Justiça realiza a “II Semana da Justiça pela Paz em Casa” - mobilização que combate a violência contra a mulher.

Nesse período, será priorizada a realização de audiências de instrução e julgamento dos processos criminais em que mulheres figuram como vítimas, e os cíveis ou de família em que esse público é parte interessada.

A campanha fará alusão ao aniversário de nove anos da Lei Maria da Penha. De iniciativa da vice-presidente do STF, Cármen Lúcia, ela é coordenada no Maranhão pela presidente da CEMULHER, desembargadora Angela Salazar, e pelo juiz membro da coordenadoria, Júlio Praseres.

Desembargador Froz Sobrinho permanece no plantão até domingo



O desembargador Froz Sobrinho responde pelo plantão judiciário de 2º Grau até este domingo (2). No plantão, são recebidas apenas demandas urgentes, nas esferas cível e criminal, incluindo pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, medidas cautelares (por motivo de grave risco à vida e à saúde das pessoas), decretação de prisão provisória, entre outros.

Os servidores plantonistas de 2º Grau são Roberta Coelho e Aluísio Alves Júnior. O número do telefone disponibilizado é o (98) 98815-8344.

Além das providências necessárias ao cumprimento de qualquer decisão determinada na ação, os servidores são os responsáveis pelo processamento e encaminhamento dos processos ao desembargador de plantão.

PLANTÃO - Nos dias úteis, o plantão judiciário funciona entre o final do expediente do dia e o início do expediente do dia seguinte. Aos sábados, domingos e feriados – inclusive os de ponto facultativo – entre o final do último dia útil anterior e o início do expediente do primeiro dia útil seguinte.

Presidente do TJMA visita o TJSP



A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire, acompanhada do desembargador Kleber Carvalho, visitou na quinta-feira (30), o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini. Na ocasião, conversaram sobre a questão das decisões judiciais oriundas de ações possessórias e trocaram ideias sobre o funcionamento da Justiça Estadual. Durante a visita, a presidente do TJMA foi convidada para conhecer a estrutura montada, no Fórum Criminal da Barra Funda, pelo TJ de São Paulo, para as audiências de custódia, que estão sendo realizadas desde 24 de fevereiro deste ano. No Estado do Maranhão, o projeto está implantado desde outubro de 2014. A desembargadora foi recebida pela juíza diretora do Fórum, Maria de Fátima dos Santos Gomes Muniz de Oliveira e pelo juiz Antonio Maria Patiño Zorz, coordenador do Departamento de Inquéritos Policiais (Dipo), responsável pelas audiências de custódia.

Estudante pede reconhecimento da paternidade da irmã em mutirão

DIVULGAÇÃO

Órfãos de mãe e criados pela avó materna, três irmãos participaram, junto com o pai, da audiência de reconhecimento da paternidade da filha mais nova, uma adolescente de 14 anos, nesta sexta-feira (31). A sessão aconteceu no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), durante o mutirão do projeto "Reconhecer é Amar!", desenvolvido pela Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão.

"Esperávamos por esse momento há muito tempo; e era isso que nossa mãe desejava", disse a estudante Glacimayara Setubal Martins. Foi ela quem pediu o reconhecimento da paternidade da irmã.

Emocionado e abraçado aos filhos, o bombeiro hidráulico Marivaldo Martins contou que quando a ex-companheira morreu, há 12 anos, já estavam separados e não quis tirar as crianças da companhia da avó materna, com quem vivem até hoje. Disse também que demorou a fazer o reconhecimento da paternidade da filha porque se mudou para outro estado e quando retornou a São Luís acabou protelando essa decisão. "O importante agora é que estamos todos juntos. Eles sempre serão os meus bebês", brincou, referindo-se ao filho adolescente de 17 anos



Audiência do mutirão para reconhecimento de paternidade

e às duas filhas, de 22 e 14 anos.

A juíza que presidiu a audiência, Joseane de Jesus Corrêa Bezerra, titular da 3ª Vara da Família de São Luís, destacou que ter o nome do pai no registro de nascimento é um direito do filho. A magistrada lembrou que no Maranhão, mais de 500 mil crianças e adolescentes não têm o nome do pai no documento. Destacou, ainda, que todas as audiências marcadas para o mutirão desta sexta-feira (31) foram realizadas, com o reconhecimento voluntário da paternidade ou encaminhamento das partes para o exame de DNA.

As audiências concentradas,

conforme explica a juíza Joseane Bezerra, ocorrem toda última sexta-feira do mês, em uma das sete varas da Família de São Luís, onde os pais fazem o reconhecimento voluntário ou se submetem ao exame de DNA, no laboratório que funciona no próprio fórum. O procedimento é 100% gratuito e sem necessidade de um processo judicial.

Quem tiver interesse em participar do projeto deve fazer o pedido no posto do "Reconhecer é Amar!", no 5º andar do Fórum Des. Sarney Costa (Avenida Carlos Cunha s/n - Calhau), de segunda a sexta-feira, da 8h às 18h.